

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA – UNIFOR-MG
CURSO DE PEDAGOGIA
LORENA CASTRO DE MOURA

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA PRISIONAL

FORMIGA – MG
2018

LORENA CASTRO DE MOURA

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA PRISIONAL

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Curso de Pedagogia do UNIFOR-MG,
como requisito parcial para obtenção do título
Licenciada em Pedagogia.

Orientador (a): Prof.^a Ma. Jane Soares

FORMIGA – MG

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca UNIFOR-MG

M929 Moura, Lorena Castro de.
A educação de jovens e adultos no sistema prisional / Lorena
Castro de Moura. – 2018.
37 f.

Orientadora: Jane Soares.
Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia)-Centro
Universitário de Formiga-UNIFOR, Formiga, 2018.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Ressocialização. 3. Penitenciárias.
I. Título.

CDD 374

Catalogação elaborada na fonte pela bibliotecária
Rosana Guimarães Silva – CRB6-3064

Lorena Castro de Moura

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA PRISIONAL

Trabalho de conclusão de curso apresentando ao Curso de Pedagogia do UNIFOR – MG como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador(a): Jane Soares

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ma. Jane Soares
Orientadora

Prof.^a Ma. Maria Francisca de Souza Lopes
UNIFOR-MG

Prof.^a Ma. Neiva Maria Rodrigues Silva
UNIFOR – MG

Formiga, 22 de novembro de 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por nunca me desamparar, me guiar sempre em todos os caminhos, sem a presença Dele seria impossível.

Aos meus pais, Maria Inez e José Otaviano por todo amor, incentivo e por nunca me deixarem desistir.

Ao meu irmão Lucas, pelo companheirismo e por sempre me ajudar quando eu precisei.

Às minhas companheiras de turma, em especial, minhas “princesas” (Élem, Anália, Laís, Lilyane, Lorena Almeida e Taynná), obrigada por esses quatro anos, por tantas trocas de experiências e pelo carinho de sempre. Nunca vou me esquecer de vocês!

A minha orientadora Jane Soares, muito obrigada por sua contribuição durante a realização do trabalho, sempre paciente para que fosse feito o melhor.

Enfim, a todos que contribuíram para minha formação, meus amigos e familiares que sempre torceram por mim. Os meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Esse trabalho apresenta um estudo sobre a Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional, cujo objetivo é tratar sobre a influência que a educação tem sobre os detentos. Quando se refere à situação carcerária do país, da superlotação de penitenciárias e dos grandes índices de reincidência, notou-se a necessidade da criação de um projeto que auxiliasse o preso durante o tempo que estivesse em cárcere. Projeto esse, recente, para que além do conteúdo, promova a ressocialização, dando oportunidade ao detento para que em sua futura liberdade, possa estar preparado para o exercício de uma atividade profissional. A educação oferece também a chance do preso resgatar sua autoestima e reconstruir sua história, buscando se inserir novamente na sociedade. A metodologia utilizada é baseada em revisão bibliográfica, por meio de livros, revistas, artigos e imprensa escrita. Baseia-se em importantes autores como: Freire (1981), Onofre (2007), Leite (2013), Duarte (2013).

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Ressocialização. Penitenciárias.

ABSTRACT

This paper presents a study about the education of young and adults in the prison system, which goal is treat about the impact that the education has over the detainee. Referring to the country prison situation, the prison overcrowding and the great rates of recidivism, it was noticed the necessity to create a project that could help the detainee during the time that he/she was in prison. This project, recent, beyond the content, promote the ressocialization, giving the opportunity of the one, in his/her future freedom, can be prepared to exercise his/her professional activity. The education also offers the chance to the detainee to rescue his/her self-esteem and rebuild his/her history, seeking to insert him/herself in the society again. The methodology used is based on a bibliographic review, which was used books, magazines, articles and written press. It is based on important authors such: Freire (1981), Onofre (2007), Leite (2013), Duarte (2013).

Keywords: Education of young and adults. Ressocialization. Penitentiary.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais de idade (1992-2008)	16
Figura 2 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo - Brasil - 2007/2015	17
Figura 3 - Maior dificuldade encontrada no desenvolvimento do trabalho em virtude do encarceramento	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de analfabetismo no Brasil 1900-2000	16
Tabela 2 - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Dezembro/2014	22
Tabela 3 - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Dezembro/2015	22
Tabela 4 - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Junho/2016.....	22
Tabela 5 - Quantidade de pessoas presas por grau de instrução	23
Tabela 6 - Pessoas privadas de liberdade em atividades educacionais	25

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	13
3	A EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL	19
4	PAULO FREIRE: UMA EDUCAÇÃO LIBERTADORA	26
4.1	Possibilidades de uma educação libertadora.....	27
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
	REFERÊNCIAS.....	36

1 INTRODUÇÃO

Sob o ponto de vista pedagógico, a educação nas prisões insere-se no campo da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da Educação Popular e tem como meta principal a promoção da autonomia e emancipação dos presos.

Quando se trata de educação de jovens e adultos, deve-se lembrar de vários fatores que a rodeiam e, mais ainda, quando se trata da educação em presídios. Vale ressaltar que as pessoas que se inserem nesse programa, muitas vezes não tiveram oportunidades ou não quiseram se inserir na escola e, nesse contexto, a EJA vem resgatar as pessoas que possuem idade acima de 15 anos, dando-lhes oportunidades de iniciar ou dar continuidade aos estudos.

Por sua vez, a educação em presídios trata-se de um processo que foi inserido há pouco tempo para pessoas que estão em cárcere, tendo como objetivo a ressocialização, desde o comportamento dentro dos presídios, até o momento em que elas obterão a liberdade.

Ao considerar a atual situação carcerária no Brasil, com suas penitenciárias lotadas e ainda o elevado número de reincidência na criminalidade, seria possível julgar como ineficiente o processo penal no Brasil. Essa constatação traz reflexões, por meio da pesquisa, sobre as razões pelas quais, ao longo do tempo, não se tenha pensado em diferentes maneiras de diminuir a criminalidade. Portanto, o objetivo da pesquisa desenvolvida é analisar a influência que a educação de jovens e adultos exerce sobre os detentos, o quanto é importante a ressocialização para uma pessoa que se encontra em detenção e a mudança que acarreta, visto que somente a condição de estar preso não é suficiente para uma mudança de vida e de consciência como cidadão.

Em um primeiro momento o estudo tratará do histórico da educação de jovens e adultos, da quantidade de analfabetos existentes e todos os progressos pelos quais essa modalidade passou para que chegasse até o atual momento. É exposto também o histórico da educação prisional, essa, que por sua vez, é recente e ainda pouco conhecida.

Destaca-se, ainda, nessa pesquisa, as contribuições de Paulo Freire que trouxe em seu método inovador a educação do adulto conforme sua realidade, com a intenção de torná-lo um cidadão crítico. Freire sempre acreditou no potencial que as pessoas têm, na sua capacidade de, mesmo depois de ultrapassarem a idade do

ensino regular, terem condições de ser alfabetizadas e concluir seus estudos. Tratando-se de Freire e a educação prisional, ainda encontram-se alguns contrapontos, pois o autor acredita em uma educação libertadora, aquela em que o sujeito aprende de acordo com suas experiências e com o seu cotidiano diário. Porém, ao analisar o contexto em que um encarcerado vive, nota-se o contrário, pois se apresenta como um oprimido, seguindo regras e valores de acordo com uma instituição.

Por fim, existem muitas dificuldades encontradas no contexto da educação prisional, tanto em relação aos professores quanto aos alunos, principalmente por ainda existir falhas no sistema, não ocorrendo da forma que é planejada, faltando o trabalho de toda a equipe, materiais e profissionais qualificados para o cargo. Em relação aos alunos, ainda existe grande desistência, devido as dificuldades encontradas pelo caminho.

A educação nos presídios, além de evitar a ociosidade, pode dar ao condenado a oportunidade de, em futura liberdade, estar preparado para o exercício de uma atividade profissional. A educação oferece também a chance do preso resgatar sua autoestima e reconstruir sua história. Com isso, busca-se sempre inserir o sujeito na sociedade de uma melhor forma, dando-lhe responsabilidades para voltar ao convívio, de modo que possa ser um transformador na sociedade.

A metodologia utilizada é baseada em revisão bibliográfica, por meio de livros, revistas, artigos e imprensa escrita. Baseia-se em importantes autores como: Freire (1981), Onofre (2007), Leite (2013) e Duarte (2013).

2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Segundo as autoras Paula & Oliveira (2011), a formação escolar no país começou em meados do século XVI, após o Descobrimento do Brasil, com a chegada dos jesuítas. A “Companhia Missionária de Jesus”, assim caracterizada nessa época, veio com a missão de ensinar sobre a religião católica, catequizando os indígenas que aqui habitavam. E também, com a vinda da família real e de outros da elite de Portugal, viram a necessidade de ensinar os moradores de classe baixa, tornando-os serviçais, para que pudessem atender as necessidades de seus senhores. Mas, nem sempre foi tão fácil, não eram todos que podiam e frequentavam as escolas no país, gerando alto índice de analfabetismo.

Com o passar dos anos, de acordo com Leite (2013), na década de 1930 os governantes viram a necessidade de implantar uma educação de qualidade no país que pudesse atender toda a população prejudicada durante a época em que a família real residia no Brasil. Com o presidente Getúlio Vargas no poder, no ano de 1934, foi criado o Plano Nacional de Educação, o primeiro plano que direcionava a educação, especialmente para jovens e adultos, sendo que o ensino seria gratuito e obrigatório. Ainda de acordo com Leite (2013), foi criado o Fundo Nacional do Ensino Primário que atendia o Supletivo para adolescentes e adultos. Juntamente com a criação de escolas como SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), ofereciam rápidos cursos para os que não tinham escolaridade, tudo na intenção de melhorar a mão de obra existente no país que passava por um grande processo de industrialização.

Somente na década de 40, Porcaro (2004), comenta que os movimentos de alfabetização começaram a ter força, já que cada vez mais, com o passar dos anos, aumentava o índice de analfabetismo. A busca por uma solução se tornava constante, já que o Brasil não era bem visto pelos governantes dos demais países, por acreditarem que o problema era devido ao não desenvolvimento do país. Segundo Porcaro (2004), nesta mesma década, houve a criação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) e, juntamente com ela, a alfabetização de adultos a curto prazo, quando adultos analfabetos estudariam o ensino primário e ao final, a realização de um curso para aperfeiçoamento profissional.

Porém, em decorrência da pressa que se tinha, ainda de acordo com Porcaro (2004), nem sempre esses cursos eram de qualidade, criados mais para dar um

direcionamento a essas pessoas que, por muitas vezes, não tinham noção sobre o ensino que lhes era oferecido. Também em decorrência do Estado Novo, as pessoas mais pobres buscavam o direito do voto, lutando cada dia mais por essa conquista e, por tal motivo, necessitavam ser alfabetizadas, já que se fossem analfabetos não poderiam votar.

Visando a resolução dos problemas existentes, foram estudadas diversas possibilidades do que seria feito, sendo que uma delas foi a criação da campanha Alfabetização de Adultos, como cita Porcaro (2004):

O SEA (Serviço de Educação de Adultos do MEC), a partir daí, elaborou e enviou, para discussões, aos SEAs estaduais, um conjunto de publicações sobre o tema. As concepções presentes nessas publicações, segundo SOARES (1996), eram: o investimento na educação como solução para problemas da sociedade; o alfabetizador identificado como missionário; o analfabeto visto como causa da pobreza; o ensino de adultos como tarefa fácil; a não necessidade de formação específica; a não necessidade de remuneração, devido à valorização do “voluntariado”. A partir daí, então, iniciou-se um processo de mobilização nacional no sentido de se discutir a educação de jovens e adultos no país. De certa forma, portanto, embora a Campanha não tenha tido sucesso, conseguiu alguns bons resultados, no que se refere a essa visão preconceituosa, que foi sendo superada a partir das discussões que foram ocorrendo sobre o processo de educação de adultos. (SOARES, 1996 apud PORCARO, 2004 p.2)¹

Verifica-se que, apesar da Campanha não ter atingido os seus objetivos pela falha que houve nesse processo de mobilização nacional, houve resultados positivos, uma diminuição em relação ao preconceito destinado ao adulto e à sua educação.

Em meados de 1967, o governo cria um programa chamado MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), que atendia a idade a partir de 15 anos, em que os alunos aprendiam as noções básicas sobre leitura, escrita e alguns cálculos matemáticos. Durante algum tempo houve a expansão desse programa, mas, por volta de 1985, foi banido, marcado por desvios de verbas e denúncias, segundo Borcarte (2010). Após seu fim, outros programas foram criados como a Fundação Educar, Movimento de Alfabetização, Programa de Alfabetização Solidária, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), entre outros que, ao longo de todos esses anos foram sendo adaptados de acordo com a demanda que existia.

Com o passar dos anos, leis foram sendo criadas para que esses planos atingissem metas e garantissem o direito de alfabetizar as pessoas, que muitas vezes deixavam os seus estudos para que pudessem trabalhar. No ano de 1988 houve a

¹ SOARES, Leôncio José Gomes. A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais. Revista Presença Pedagógica, v.2, nº11, Dimensão, set/out 1996.

reelaboração da nova Constituição Federal, nela descrito o seguinte artigo: "Art. 208: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria." (BRASIL,1988)

Em 1996, houve a aprovação da nova LDB (Leis de Diretrizes e Bases da Educação), que cita:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. (BRASIL, 1996)

Com a aprovação da LDB 9394 de 1996, houve maior garantia dos direitos de jovens e adultos que buscavam se inserir no programa EJA, dando oportunidades àqueles que não estudaram na idade própria, independente do motivo. A lei veio defender, ainda, a gratuidade do ensino, visando meios para que todos que desejassem estudar, finalizando seus estudos, seja qual for sua idade.

Desde então, após inúmeras tentativas, surgiu o programa EJA (Educação de Jovens e Adultos) existente até hoje no país, com uma proposta diferente, inserindo e integrando as pessoas na sociedade e no mercado de trabalho com o objetivo de reconstrução que, aos poucos, avança para que haja cada vez mais melhorias para a população brasileira.

Ao longo dos anos pode-se observar o avanço da educação, como mostra a TAB. 1 e FIG. 2 e 3 abaixo:

Tabela 1 - Taxa de analfabetismo no Brasil 1900-2000

Ano	População de 15 anos ou mais		
	Total	Analfabeta	Taxa de analfabetismo
1900	9728	6348	65,3
1920	17564	11409	65
1940	23648	13269	56,1
1950	30188	15272	50,6
1960	40233	15964	39,7
1970	53633	18100	33,7
1980	74600	19365	25,9
1991	94891	18682	19,7
2000	119533	16295	13,6

Fonte: Adaptado de Brasil, 2003, p. 6.

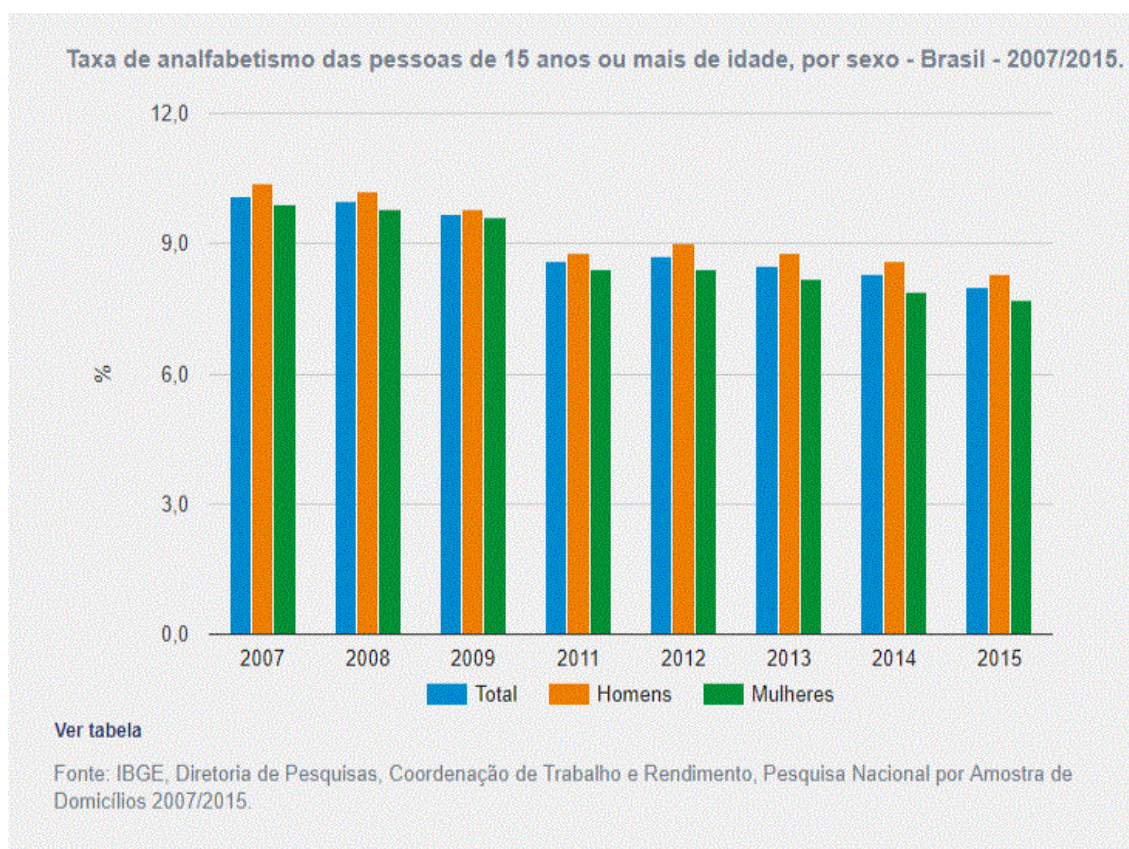
Fonte: PAULA E OLIVEIRA, 2011.

Figura 1 - Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais de idade (1992-2008)



Fonte: IBGE.

Figura 2 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo - Brasil - 2007/2015



Fonte: IBGE, 2015.

Por meio do estudo dessas imagens analisa-se como, com o passar dos anos, houve o desenvolvimento da educação no Brasil. Observa-se nos anos de 1900 (TAB. 1), quando a educação era bem precária e não era disponível para todos, como era alto o índice de analfabetismo, abrangendo mais da metade de sua população. Com o passar dos anos, houve um grande aumento da população e mesmo com a lenta evolução da educação os índices vão diminuindo cada vez mais.

Analisando a FIG. 1 por meio de um gráfico, a partir dos anos 90 houve uma grande melhoria nos recursos disponíveis para a educação, que passa a ser um direito de todos. Percebe-se que a busca pelos estudos é maior, deixando, assim, a taxa de analfabetismo cada vez menor, como se encontra até meados de 2015 (FIG.2).

A EJA constitui de seus componentes curriculares, a língua portuguesa, matemática e estudos da natureza e sociedade, assim como é feito no ensino regular em tempo normal. Aliado a isso, Paula e Oliveira (2011), afirmam que a organização

e a reflexão são fundamentos importantes para uma boa evolução do sistema educacional, já que o sujeito consegue se desenvolver de forma melhor quando entende que faz parte da sociedade, faz a diferença, sendo um sujeito ativo e crítico.

Ainda segundo as autoras, nas salas de aula, é fundamental que o educador conheça seu aluno e a realidade em que ele está inserido, principalmente para que haja uma troca de experiência de ambos, um ajudando o outro a buscar o seu conhecimento, permitindo o diálogo e a participação, já que muitos estão há anos em mercados de trabalho e têm grandes experiências para compartilhar.

Já faz mais de vinte anos desde que a nova LDB (9394/96) foi sancionada, tomando novas formas e contornos. Segundo o portal Governo do Brasil, o MEC divulgou dados que, de acordo com o último censo escolar de 2017, estão matriculados em escolas de todo país 2.858.145 estudantes na educação de jovens e adultos².

Com o número de matrículas citado acima, percebe-se que as pessoas ainda veem importância na educação para a vida, seja pessoal ou profissional. Já que a educação abre grandes portas para um futuro, e aquelas que não tiveram o direito de estudar na idade certa não querem ficar paradas, buscam cada vez mais recursos para estudarem, independentemente da idade em que estão. O importante é se inserir, buscando seus direitos e se tornando um cidadão ativo e crítico para a sociedade.

Vale ressaltar que a EJA é um programa oferecido também às pessoas privadas de liberdade. Em presídios, penitenciárias e Apac's (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), é um dos programas fundamentais existentes para o presidiário, cabendo a cada um, de acordo com sua necessidade, decidir se é necessário participar ou não. Mas, se torna fundamental, já que a educação pode transformá-los, buscando sempre o melhor de si, tendo o melhor dos conhecimentos básicos, mas também, por meio da ressocialização, trabalhar muito para buscar cidadãos cada vez melhores, uma realidade difícil no país. Essa é a função da EJA, melhoria na vida das pessoas que participam do programa.

² Site Governo do Brasil. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e-ciencia/2017/09/mec-divulga-dados-preliminares-do-censo-escolar-de-2017>

3 A EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL

A educação prisional teve início em meados dos anos de 1950, aliada a programas de melhoria aos detentos, antes disso, era vista apenas como medidas de detenção, segundo Santos (2005). Acreditava-se que, se apenas a pessoa estivesse presa, já bastava para se recuperar, porém, com o passar dos anos, foi visto um fracasso. Viu-se que, devido ao isolamento, detentos ficam vulneráveis, aumentando os índices de criminalidade muitos daqueles que haviam sido soltos voltam para a cadeia.

A Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210), criada em 11 de julho de 1984, descreve direitos que serão aplicados a pessoas privadas de liberdade. Grande parte desconhece o que é favorável a eles, outros já não sabem que existe todo um sistema que garante o acompanhamento, trabalhando a ressocialização dos detentos, para que saiam pessoas com melhor estilo de vida.

Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso.

Art. 11. A assistência será:

I - material;

II - à saúde;

III - jurídica;

IV - educacional;

V - social;

VI - religiosa.

(BRASIL, 1984, pg.2)

Como se pode perceber, é necessário que seja feito todo um trabalho com os detentos para que possam mudar seu pensamento, sua vida, para que quando sua pena acabar, se reintegre à sociedade como cidadão de bem. Leva tempo, é preciso paciência e é fundamental que todos os profissionais envolvidos nas áreas citadas acima, exerçam sua função com profissionalismo para que alcancem resultados.

De acordo com o Infopen (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias) de 2016, o Brasil se tornou o terceiro país com o maior número de encarcerados, contendo 726.712 presos até então. Segundo Onofre (2007), o número de presidiários é maior do que a quantidade de vagas nas penitenciárias, causando superlotação e tornando precárias as condições de vida, alimentação, médica e educacional, gerando revoltas e conflitos. Ao chegarem pela primeira vez em uma penitenciária, esses seres que agora são desprovidos de liberdade, passam a seguir

regras que antes não tinham em suas vidas, sendo necessário que deixem o que viveram e passem a viver o presente, dentro de sua cela e com seus novos companheiros. O autor não acredita que exista ressocialização nas condições em que vivem. Sendo assim, Ohnesorge, cita que:

Mesmo que cada pessoa reaja de forma diferente, dificilmente alguém reage positivamente à prisão, superlotação, inércia, humilhação e sobrevivência indigna, ofendendo literalmente o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Este quadro alarmante somente demonstra que os efeitos são devastadores já que tais ingredientes só proporcionam revolta, vingança e mais violência. (OHNESORGE [2010])

Nota-se que o processo de aceitação por estarem ali é um dos mais difíceis, causando danos maiores em caso de saída, para a sociedade.

Há, segundo Pereira (2011), um crescente aumento da população carcerária do país, em sua maioria pessoas de baixa renda, que não tiveram acesso ao estudo, passando por crises financeiras, devido à falta de trabalho. Conseqüentemente, buscam no crime uma “melhora de vida” por meio de assaltos e tráfico de drogas. De acordo com Pereira (2011), existe uma ligação dessa situação com a antiguidade ao lembrar-se de que, em meados do século XVI, existia a distinção entre escravos e os senhores que os comandavam, sendo o escravo, o mais afetado, já que se considerá-los em uma hierarquia, estariam em um nível mais baixo.

A escola, em presídios, pode não partir da vontade dos personagens principais, nesse caso, os detentos nem sempre estão interessados em tal processo, mas o encaram por ser uma obrigatoriedade que existe no presídio ou simplesmente por redução de pena, que, conforme a Lei 7.210 de 11 de julho de 1984, Art.126, o preso poderá remir um dia da pena para cada doze horas de frequência escolar. Essa Lei pode ser um estímulo para o preso que se encontra em ambiente prisional e deseja estudar.

Não se deve generalizar e dizer que são todos os casos, mas são poucas as vezes que enxergam a educação como sendo uma oportunidade, segundo Mayer (2013). Sendo assim, pode-se constatar que, por muitas vezes, a educação nas prisões pode ter diversos significados, como cita Onofre:

As respostas dos presos, em relação à busca pela escola e ao valor que dão a ela, diferem entre si. Em algumas respostas, o significado da escola se restringe à ocupação do tempo e da mente com “coisas boas”; em outras a escola é vista como possibilidade de melhoria de vida quando em liberdade; e há ainda, aqueles que não acreditam no valor da instituição escolar. (ONOFRE, 2007, p. 19)

Analisando a citação acima, conclui-se que se encontram presos com diversos modos de pensar, que acreditam que a escola pode trazer melhorias pra sua vida, e que por meio dela, após sua saída, haverá conquistas tanto pessoais quanto profissionais. Porém, também existem aqueles que acreditam ser uma perda de tempo e que estão ali simplesmente por obrigação, fazendo com que não se tenha o real sentido da educação naquele momento, como incentivo a uma nova vida, ao aprendizado e a ressocialização.

A educação de jovens e adultos tornou-se uma estratégia fundamental para a melhoria de vida daqueles privados de liberdade, pois além do ensino, realiza programas para melhorar cada vez mais o pensamento deles, como cita Santos (2005, p.5): “uma educação dentro do sistema penitenciário deve trabalhar com conceitos fundamentais, como família, amor, dignidade, liberdade, vida, morte, cidadania, governo, eleição, miséria, comunidade, dentre outros”. Esses conceitos podem resgatar uma vida digna e o detento pode viver de forma justa na sociedade, buscando a reflexão, para que entenda o meio em que está vivendo.

Santos (2005), diz ainda que o educador, por sua vez, tem a tarefa de conscientizar esse sujeito de que é um ser crítico, que sabe ter referências para a vida, tornando um cidadão de escolhas, sabendo lidar com as consequências que existirem, sobretudo, não deixando que essa ressocialização seja apenas uma falsa estratégia, mas que seja conquistada a cada dia, para que se torne verdadeira e eficaz.

Juntamente ao programa de ressocialização, são oferecidos aos detentos, os níveis de ensino fundamental I e II, ensino médio e ensino superior. De acordo com o site de notícias do governo de Minas Gerais, o Agência Minas³, em 2016 foram realizadas mudanças no conteúdo pedagógico do sistema prisional, incluindo a disciplina: diversidade, inclusão e mundo do trabalho, fundamental aos detentos que passaram por um processo de reconstrução, de modo que melhorem a cada dia mais, tenham mais conhecimentos e sejam aceitos no mercado de trabalho. Ainda de acordo com o site, as disciplinas matemática, linguagens e códigos e ciências da

³ Agência Minas, Governo de Minas Gerais. Disponível em:

<http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/secretaria-de-educacao-reorganiza-o-ensino-medio-noturno-e-educacao-de-jovens-e-adultos> Acesso em: 17 de mar. 2018

natureza e humanas prevaleceram. Sendo assim, seguem com os mesmos conteúdos da escola regular.

Ao analisar o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (InfoPen) de 2016, Minas Gerais possui em média 20.997.560 habitantes, desses, 68.354 são a população que se encontra em cárcere, ou seja, a cada 100 mil habitantes, 325 estão presos, número considerado alto, já que, segundo Neto (2016) a média mundial é de 144. Analisando os anos anteriores, é nítido como a cada ano tem crescido o número de pessoas que têm sido presas, como mostram as TAB. 2, 3 e 4:

Tabela 2 - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Dezembro/2014

População carcerária	61.392
Número de habitantes	20.766.776
População carcerária por 100.000 habitantes	295,6

Fonte: IBGE, 2014.

Tabela 3 - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Dezembro/2015

População carcerária	65.687
Número de habitantes	20.869.101
População carcerária por 100.000 habitantes	314,8

Fonte: INFOPEN, 2015.

Tabela 4 - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Junho/2016

População carcerária	68.354
Número de habitantes	20.997.560
População carcerária por 100.000 habitantes	325,5

Fonte: INFOPEN, 2016.

Como se pode ver, entre dezembro de 2014 (TAB. 2) e junho de 2016 (TAB. 4), houve um aumento de aproximadamente 11,34% de presos no estado, porcentagem alta, já que o estado disponibiliza profissionais para que exerçam, trabalhem e realizem projetos de uma melhor forma para o recomeço com os detentos em presídios, mas segundo os dados, nem sempre são obtidos resultados desejados.

Entre os artigos citados na Lei de Execução Penal, se encontra a obrigatoriedade para oferta da educação, que desde meados dos anos de 1950 foi considerada como importante meio para ressocialização, visto que se a pessoa estiver presa, com seu tempo ocioso, não seria favorável a ela e nem à sociedade além de não solucionar o problema. Foi necessária a criação de programas, incluindo a EJA (Educação de Jovens e Adultos), auxiliando não só em conteúdos, mas buscando a formação de jovens e adultos críticos e participativos na sociedade.

Analisando ainda o InfoPen de 2016, Minas Gerais possui 1.364 pessoas em detenção analfabetas e em seu maior número, pessoas que não cumpriram o fundamental, que se totaliza 29.153, sendo a maioria homens, como mostra a TAB. 5:

Tabela 5 - Quantidade de pessoas presas por grau de instrução

Categoria: Quantidade de pessoas presas por grau de instrução	Homens	Mulheres	Total
Item: Analfabeto	1.293	71	1.364
Item: Alfabetizado sem cursos regulares	3.187	186	3.373
Item: Ensino Fundamental Incompleto	27.841	1.312	29.153
Item: Ensino Fundamental Completo	6.149	304	6.453
Item: Ensino Médio Incompleto	6.281	389	6.670
Item: Ensino Médio Completo	3.315	315	3.630
Item: Ensino Superior Incompleto	373	46	419
Item: Ensino Superior Completo	176	31	207
Item: Ensino acima de Superior Completo	12	1	13
Item: Não Informado	12.119	624	12.743

Fonte: INFOPEN, 2016.

Trata-se de um grande número, pois pessoas que possuem categoria com grau de instrução incompleta equivalem quase à metade da população carcerária. A maior parte da população em detenção no estado são homens entre 18 e 24 anos.

Refletindo acerca da quantidade de encarcerados que tem aumentado a cada dia mais, questionamentos são feitos. Será que se a instrução fosse maior, se frequentassem a escola e fossem pessoas que buscassem o melhor para a sociedade, a população em detenção diminuiria? Muitos deixam de lado a educação

e buscam o mundo do crime por se tornar um caminho fácil. Vale ressaltar que esquecem os valores que são passados pela sua família, sendo influenciados também por amizades. Outros já não têm oportunidades, precisando abandonar os estudos pelo trabalho, ficando desacreditados e por muitas vezes, pendem ao crime.

Por isso, a busca por programas e principalmente a importância da educação em presídios pode ser um recomeço, diz Brunken (2014). A busca pelo novo muda seus conceitos, reescrevendo um novo plano para sua vida futura.

Existem ainda, aqueles que buscam o ensino pela redução da pena, mas não se deve generalizar, pois há ainda os que acreditam na melhoria, segundo Mayer (2013). O InfoPen disponibilizou a quantidade de pessoas que desejam estudar e buscam meios de se inserir, não só na EJA, como em cursos técnicos e graduação, seja ele presencial ou à distância. Trata-se de um número significativo em relação ao grande número de encarcerados no estado de Minas Gerais, porém são pessoas que buscam o melhor para si. Ainda segundo esses dados, existem 59% das prisões que possuem em seus programas a educação como um meio de ressocialização, o que a cada ano cresce mais.

Comparando com a tabela anterior, em que foi analisado que a categoria com maior índice sem grau de escolaridade é o fundamental, na próxima destaca-se a maior procura da dessa mesma categoria (TAB. 6):

Tabela 6 - Pessoas privadas de liberdade em atividades educacionais

Categoria: Pessoas privadas de liberdade em atividades educacionais		Homens	Mulheres	Total
Total de pessoas em atividades educacionais		9.127	771	9.898
Alfabetização	Presencial	925	64	989
	Ensino à distância	2	-	2
	Total	927	64	991
Ensino fundamental	Presencial	4.516	357	4.873
	Ensino à distância	78	-	78
	Total	4.594	357	4.951
Ensino médio	Presencial	1.478	178	1.656
	Ensino à distância	13	-	13
	Total	1.491	178	1.669
Ensino superior	Presencial	52	4	56
	Ensino à distância	126	5	131
	Total	178	9	187
Curso Técnico (acima de 800 horas de aula)	Presencial	22	-	22
	Ensino à distância	1	-	1
	Total	23	-	23
Curso de Formação Inicial e Continuada (capacitação profissional, acima de 160 horas de aula)	Presencial	61	78	139
	Ensino à distância	100	-	100
	Total	161	78	239
Pessoas matriculadas em programa de remição pelo estudo através da leitura		1.099	14	1.113
Pessoas matriculadas em programa de remição pelo estudo através do esporte		136	-	136
Pessoas envolvidas em atividades educacionais complementares (videoteca, atividades de lazer, cultura)		518	71	589

Fonte: INFOPEN, 2016.

Vale ressaltar a quantidade de benefícios que são disponibilizados para a pessoa que se encontra em detenção, dando inúmeras possibilidades àqueles que se perderam durante a sua trajetória, podendo resgatá-la. A escola, por sua vez, não é somente um espaço, mas tem um papel fundamental como a contribuição por uma melhoria de vida, proporcionando um novo pensamento, um resgate e uma busca por melhores condições futuramente.

4 PAULO FREIRE: UMA EDUCAÇÃO LIBERTADORA

Escolheu-se Paulo Freire para falar da EJA pelo seu método inovador de educar o adulto conforme sua realidade com a intenção de torná-lo um cidadão crítico. Pode-se dizer, sem dúvida, que Paulo Freire foi um dos grandes pedagogos da atualidade, respeitado no Brasil e em todo o mundo pela contribuição que deu à educação popular (ARRUDA, 2016).

Paulo Reglus Neves Freire, o conhecido Paulo Freire, nasceu em 19 de setembro de 1921, em Recife. Desde pequeno, Freire sempre foi muito estudioso e gostava de ajudar o próximo. Formou-se em direito, mas gostava de atuar como professor de língua portuguesa. Freire era cristão, embasava-se em uma teologia libertadora, preocupada com o contraste entre a pobreza e a riqueza que era resultado de privilégios sociais.

Com o grande número de analfabetos nas décadas de 50 e 60, e buscando melhoria para a vida dessas pessoas, suas primeiras experiências educacionais começaram em Angicos, no Rio Grande do Norte, onde criou um método para alfabetizar as pessoas mais pobres no nordeste, que moravam em favelas. O método Freire buscava ensiná-las com palavras voltadas para o cotidiano e realidade em que viviam. O resultado foi tão grande que seu método se estendeu para as favelas do Recife e, em seguida, para todo o estado de Pernambuco.

Freire (1981) relata, em *Pedagogia do Oprimido*, que foram alfabetizados 300 trabalhadores em 45 dias, motivação para a população na época que acreditou em uma melhoria. Os governantes, ao virem a obtenção de resultados, criaram os cursos em diversos estados do país, havendo milhares de inscrições, surgindo a Campanha Nacional de Alfabetização, até o golpe militar de 1964, quando interromperam os planos de Freire, sendo criadas propostas totalmente opostas.

O governo federal também interessou-se pelo seu projeto e pretendia atingir cerca de 2 milhões de adultos por ano. Porém, em 1964, o governo militar interrompeu suas atividades e determinou sua prisão, sendo exilado durante 14 anos para o Chile e posteriormente, como cidadão do mundo.

Em seu livro *“Pedagogia da Esperança, um reencontro com a pedagogia do oprimido”* (1992), Freire destaca as experiências que viveu durante a sua trajetória na educação, enquanto fazia parte do Sesi (Serviço Social da Indústria). Em uma de suas pesquisas, ele chegou à conclusão de que as pessoas pareciam não entender

sobre a liberdade que existia. Para os pescadores, por exemplo, o trabalho ao mar os tornavam livres, mas ao mesmo tempo se sentiam dependentes devido a exploração que sentiam. Em relação a educação e a escola, Freire cita:

“Me lembro de que, à época da pesquisa, indagamos sobre a razão por que vários alunos vinham faltando tão frequentemente às aulas. Alunos e pais, separadamente respondiam. Os alunos “porque somos livres”. Os pais “porque são livres. Um dia voltarão” (FREIRE, 1992, pg. 22).

No trecho citado acima, percebe-se que o conceito de liberdade era distorcido para aquelas pessoas. Alguns não entendiam muito bem o que ela proporcionava.

Outra preocupação do autor era sobre os castigos existentes e considerados fortes. Os pais diziam aos pesquisadores as seguintes palavras (pg. 22): “castigo duro é que faz gente dura, capaz de enfrentar a crueza da vida. Pancada é que faz homem macho”. Preocupação, como dito acima, pelas consequências que causariam na vida dessas pessoas, não só na relação entre pais e filhos, mas futuramente na relação com os professores, reproduzindo para a sociedade, pessoas autoritárias.

Os dois exemplos da pesquisa descritos, leva à seguinte reflexão: será que a educação é realmente isso que é passado? É por meio da “liberdade” e do autoritarismo que ela funciona? Segundo Freire, não. As concepções ditas ali, em suas palavras “terminam por negar definitivamente o papel de educação” (Freire, 1998). O autor valorizava a democratização da escola e a formação contínua de todos os colaboradores, estendido também às famílias.

Paulo Freire foi considerado o primeiro educador a se preocupar com a educação de adultos, o que lhe tornou um grande influenciador. Faleceu em 2 de maio de 1997, (BRAATZ E DENIS, 2005).

4.1 Possibilidades de uma educação libertadora

Ao se formar, o primeiro desejo de um profissional é conseguir o emprego dos sonhos, trabalhar com o que gosta, com abertura para desenvolver planos e projetos, obter os mais diversos resultados, sendo realizado profissionalmente. Para o professor não é diferente, mas, em alguns casos, tomam outros rumos, não podendo escolher onde e como trabalhar, o que acarreta resultados não desejados, é o que fala Duarte (2013). O educador que trabalha com alunos na prisão, nem sempre escolheu aquele lugar para trabalhar, vivendo desmotivado e afetando seus valores.

Quando se trata de educando em presídios, precisa-se ter uma atenção maior, já que ele não se encontra ali por vontade própria, deixou família, amigos e todos os seus pertences do lado de fora e passa a conviver com pessoas desconhecidas, sendo tratado como número.

O primeiro ponto a ser analisado é o perfil do professor para se trabalhar em um presídio. Nada deve ser imposto, pois ele precisa estar bem consigo mesmo, ter motivação para lidar com as situações e querer transformações, como cita Duarte (2013):

Não basta recrutar professores, é preciso acima de qualquer coisa, traçar o perfil do docente ideal para trabalhar no sistema prisional. Seus valores devem estar de acordo com os ideais de ressocialização, precisam estar motivados para esse tipo de trabalho e acima de tudo, deve ter condições emocionais para lidar com as demandas dos alunos/detentos. — Então, diante de um perfil que exige tantas qualidades, torna-se um ato de negligência, tanto para os alunos como para os professores despreparados, delegar uma sala de aula para um docente sem as reais condições para o trabalho. (DUARTE, 2013, pg.30)

O trabalho não desejado e desmotivado pode causar consequências, tanto para o profissional, quanto para o aluno que ele ensina. O presídio não se trata de um local fácil para o trabalho, já que ao chegar em sua sala, o professor possui inúmeros casos diferentes, principalmente ao tratar com pessoas que são privadas de liberdade, que vivem em celas escuras e presos durante muito tempo ao longo do seu dia. Além de tudo, ele precisa se tornar um amigo, colega de seus educandos, pois muitas vezes será solicitado a conselhos e pedidos de ajuda. O trabalho vai além do ensino do conteúdo.

Com a escrita de seu livro, “Pedagogia do Oprimido”, Freire (1981), destaca como houve desumanização, sobre como os opressores diminuam os oprimidos, tratando-lhes como sendo menores. Dessa forma, aliado à escola, um local onde existem diferenças, por muitas vezes seus alunos são tratados de maneiras distintas, e os próprios educadores podem cometer “erros” perante o tratamento. Durante vários estudos, Freire acreditava que essa relação entre educador e educando poderia ser cada vez melhor, aumentando as chances de sucesso na educação.

O autor acreditava em uma pedagogia libertadora, que conseguiria trazer mudanças, como cita:

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se nas práxis, com a sua

transformação; o segundo, em que, transformada, a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação. (FREIRE, 1981, pg. 44)

Ao analisar o trecho acima, percebe-se que, para que haja constante processo de libertação, os oprimidos deverão participar e agir, com vontade de mudanças, visando um mundo com melhores condições, sendo críticos. O autor acreditava na força do diálogo, na confiança para que ao longo de todo processo haja transformações na vida do homem.

A ressocialização por meio da educação é um dos principais projetos existentes, já que ela trabalha a formação crítica, busca resgatar valores que foram esquecidos, traz coisas diferentes e novas para a vida dos detentos. Porém, muitos professores relatam dificuldades no âmbito prisional, um deles é em relação aos agentes e profissionais que nele atuam. Duarte cita:

Outro dificultador apontado pelos professores em sua prática docente nos presídios se refere à atitude de alguns funcionários, sobretudo os agentes penitenciários, que não compreendem e não veem a educação escolar como algo relevante. A maioria considera que os presos não merecem e não têm direito à educação. Os funcionários que pensam assim, geralmente não aceitam os professores, nem o seu relacionamento com os presos, “principalmente quando se caracteriza pelo diálogo, respeito e valorização incondicional” (ONOFRE, 2008 apud DUARTE, 2013, pg. 32)⁴

Já existem diversos agravantes que são prejudiciais e para que haja resultados positivos, é necessário trabalho em equipe com relacionamentos saudáveis, para que uns auxiliem os outros e principalmente a valorização do colega, que busca realizar sua função da melhor maneira.

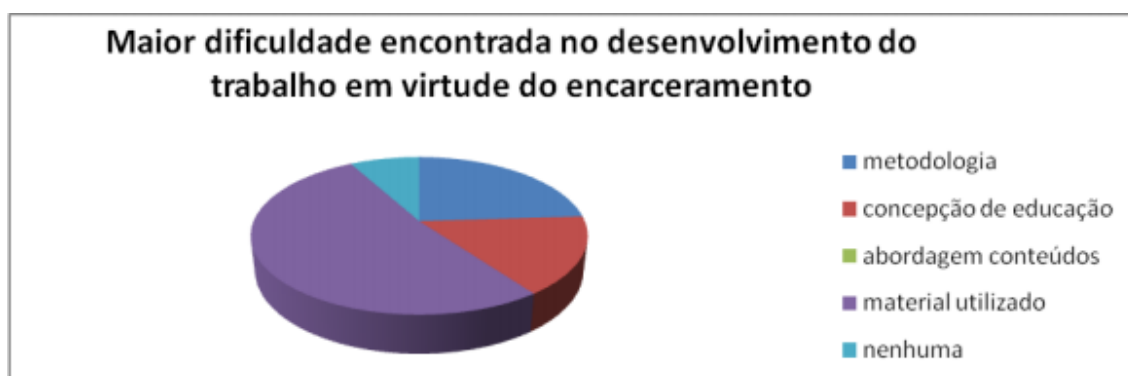
Ainda de acordo com Duarte (2013), outra dificuldade encontrada é em relação a classe. Em uma escola tradicional, o professor está acostumado, ao entrar em sua classe, obter alunos todos com uma média de idade, que estão mais ou menos com o mesmo acompanhamento, em uma mesma série. Em classes de prisões, a história muda, pois passam a ter alunos adultos, com diferentes modos de vida, variadas idades e que pararam de estudar em séries diferentes, em tempos diferentes, mas ao mesmo tempo, sendo necessário realizar o trabalho com todos. Existe, também, um grau alto de desistência, devido as dificuldades enfrentadas que, por sua vez, levam a uma baixa frequência.

⁴ ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. A escola da prisão como espaço de dupla inclusão: no contexto e para além das grades. Polyphonia, São Paulo, 2011.

As realidades são completamente diferentes do que se costuma trabalhar em uma escola tradicional com crianças. Andriola (2013) diz que por muitas vezes, esses profissionais apenas são orientados de modo geral, tendo que limitar muitas coisas, já que nem tudo é permitido.

Brunken (2014), realizou uma pesquisa com os profissionais de um presídio no Paraná, e, ao serem perguntados sobre o trabalho realizado, muitos afirmam que existe dificuldade em realizar ações e trabalhos devido ao encarceramento. Ainda dizem que é fundamental trabalhar sobre o conhecimento que o educando traz consigo, valores, deveres, coisas que serão relevantes na vida dele. A autora montou ainda um gráfico, com as dificuldades encontradas:

Figura 3 - Maior dificuldade encontrada no desenvolvimento do trabalho em virtude do encarceramento



Fonte: BRUKEN, 2014.

Com relação às dificuldades, o maior índice se encontra nos materiais, obviamente devido ao contexto em que os detentos estão inseridos. Existe a impossibilidade da utilização de tecnologias, bem como objetos cortantes, que é muito necessário para oficinas e realização de atividades, sendo possível apenas materiais básicos, como lápis, caderno e canetas, o que dificulta e torna-se de novo a educação tradicional e bancária, como cita um entrevistado.

Freire (1981), cita algumas características relacionadas à educação. Pode-se dizer que, como oprimidos, não demonstravam as suas vontades, eram sujeitos submissos que estavam ali apenas para ouvir, propriedade do que se chama de educação bancária. Nesse modelo de educação, não existe o significado do conteúdo, tudo o que é dado é mecânico, o educador é um mero narrador, que “deposita” o

conteúdo para que seus alunos repitam e memorizem, quantas vezes for necessário. Ao analisar tal tipo de educação, conclui-se que não há aprendizado, não se forma alunos críticos e não existe transformações na sociedade. Sendo assim, cita:

- a) o educador é o que educa; os educandos, os que são educados;
- b) o educador é o que sabe; os educandos, os que não sabem;
- c) o educador é o que pensa; os educandos, os pensados;
- d) o educador é o que diz a palavra; os educandos, os que escutam docilmente;
- e) o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados;
- f) o educador é o que opta e prescreve sua ação; os educandos os que seguem a prescrição;
- g) o educador é o que atua; os educandos, os que têm a ilusão que atuam, na atuação do educador;
- h) o educador escolhe o conteúdo programático; os educandos, jamais ouvidos nesta escolha se acomodam a ele;
- i) o educador identifica a autoridade do saber com sua autoridade funcional, que opõe antagonicamente à liberdade dos educandos; estes devem adaptar-se às determinações daquele;
- j) o educador, finalmente é o sujeito do processo; os educandos, meros objetos; (FREIRE, 1981, p. 67/68)

O educador, então, é o detentor de todo conhecimento, não existindo troca de saberes. O educando é oprimido, está ali apenas para que receba ordens e para que seu superior, o educador, deposite conteúdos, sem valorizá-lo, deixando para trás o que sabe, tratando-o como uma “folha em branco”. Os opressores veem na concepção bancária uma maneira fácil de educar seus oprimidos, para eles, o melhor modo é dominá-los, impossibilitando que busquem uma educação transformadora, o que os torna seres sem nenhuma criticidade, sem estímulos para que reajam na posição que se encontram.

Rodrigues (2011), vê Freire como um dos principais personagens diante da história do pensamento pedagógico, já que ele acreditava fielmente em uma educação libertadora, que seria a solução na vida de muitos. Via, também, que todos tinham chances de aprender, mesmo sendo pessoas oprimidas vivendo em condições precárias e, muitas vezes, na miséria. Ainda de acordo com a autora, ao se tratar da concepção freiriana, a interação com o outro é fundamental, dentro e fora do ambiente escolar. Nessa concepção, a troca de olhares, a conversa, compartilhamento de histórias e a cada novo meio do educador compartilhar conhecimentos com seus alunos, é peça importante para o desenvolvimento.

Quando se trata dos alunos que estão em detenção, consideram-nos como uma pessoa que possui várias fases, diz Onofre (2007) em seu livro “Educação Escolar entre as Grades”. Ao chegar ali ele precisa criar diferentes meios para que

possa se “proteger”, pois, passa a conviver e viver costumes com pessoas diferentes, que têm tradições diferentes da sua. O comportamento pode mudar de acordo com a pessoa com quem está se relacionando. O detento passa a seguir regras, ter horários, tudo demandado pela instituição, o que deixa frisado sua liberdade extinta. Quando a autora Onofre (2007,p.22), indaga aos detentos o que é a escola para eles, relata as seguintes respostas: “[...] o significado da escola se restringe à ocupação do tempo e da mente com “coisas boas”; em outras, a escola é vista como possibilidade de melhoria de vida quando em liberdade; e há, ainda, aqueles que não acreditam no valor da instituição escolar.” Dá para entender que a escola é considerada, para alguns, como meio de mudança, para ter notícias externas, buscar conhecimentos e ter de volta o tempo perdido, de quando não puderam concluir seus estudos. Por meio dela existe a troca de conhecimentos, podem expor suas opiniões e relacionam-se melhor uns com os outros. Onofre (2007), destaca ainda que:

A resposta mais frequente dos entrevistados, em relação ao significado da escola, está relacionada à oportunidade de aprendizado da leitura e escrita para os não-alfabetizados, que são os mais frequentes, os que mais valorizam a escola e os que apresentam a menor porcentagem de evasão. (ONOFRE, 2007, pg.23).

A citação acima constata a importância que tem o ato de ler e escrever, pois os detentos se comunicam com seus familiares por meio de cartas, bilhetes, conseguem acompanhar os seus processos e se sentem mais independentes, por não precisar pedir a ajuda de seus colegas. Ainda diz:

Assim, para os que estão presos, a liberdade é a grande expectativa de vida, objetivo, sonho e motivação maior para sua existência. Tudo gira em torno dela: estudo, trabalho, oração, aceitação das grades. Segundo Gadotti (1993, p. 134), “a liberdade é a única força que move o preso”. E essa é uma realidade que não pode ser ignorada pelos educadores de presídios, mesmo considerando que a educação não pode ser tudo e que não devemos esperar da escola aquilo que ela não pode e talvez não deva dar. (GADOTTI 1993 apud ONOFRE 2007 pg.25)⁵

Freire (1981), em “Pedagogia do Oprimido”, acreditava nos chamados círculos, sendo grupos onde existe grande contato, podendo ser compartilhadas reflexões, estudos e discussões, algo libertador que quebrou o paradigma na época (meados de 1961), da educação tradicional, que se refere ao educando como um simples objeto.

⁵ GADOTTI, M. Palestra de encerramento. In: MAIDA, M. J. D. (Org.). Presídios e educação. São Paulo: FUNAP, 1993. pp. 121-148.

Ao tratar da educação de jovens e adultos, autores como Romão (2011), acredita que Freire trabalhava com um método que, por muitos anos, obteve excelentes resultados. Freire acreditava no potencial dessas pessoas, sendo assim, se os alfabetizasse com a construção de conhecimento e valorizasse o aluno como um todo, sua cultura, contexto em que vive, construiria o conhecimento junto com ele. Para o educador, a educação deveria ser libertadora, vindo de dentro para fora, ponto fundamental. Para que o sujeito conseguisse, ele deveria ser livre para ler e escrever o que achar relevante, formando-se como sujeito de uma sociedade crítica.

A realidade que os presidiários buscam é sua saída, a liberdade, vendo na escola um meio para que ela chegue algum dia, como cita Onofre e Gadotti. É fundamental que o educador saiba trabalhar, acreditando principalmente que não somente a escola é o ponto principal para a conquista da liberdade, mas que é necessária e um meio de ajuda, para que conquistem o seu melhor.

A relação professor e aluno e a troca de experiências se torna essencial, o diálogo dá poder ao outro, a chance de dialogar com uma pessoa de fora, eleva a autoestima, tornando-se uma relação amigável e deixando o clima que antes era pesado, mais harmonioso. Em muitos casos, buscam novas oportunidades e chances, querendo sua melhoria de vida. Cabe ao educador, ajudar a resgatar sua identidade, princípios e valores.

Em outro ponto de seu livro, Freire (1998), cita sobre a autoridade, mas de uma forma positiva em relação à educação. Antes de qualquer coisa, é necessário que o professor tenha gosto, sinta vontade de ensinar, buscar conhecimentos e leve a sério a sua profissão. Depois, que estimule os seus alunos, busque o melhor de si, torne prazeroso o processo de ensino-aprendizagem. Principalmente ao tratar da educação de jovens e adultos. No livro “pedagogia da esperança, um reencontro com a pedagogia do oprimido” (1998), é citado o exemplo dos camponeses, alguns vivem em torno de suas crenças, a educação, busca ir além. O autor sempre destaca sobre a importância do professor que, além de tudo, deve valorizar a história de seu aluno, toda a sua trajetória, o seu senso comum, porque é a partir dela que o educando vai aprender os conhecimentos científicos.

Tratando de Paulo Freire e a educação de jovens e adultos na penitenciária, existem muitas dificuldades para implantação desse método. É muito forte a contradição entre educação e a reabilitação carcerária onde seu principal objetivo é a segurança, ou seja, a anulação do sujeito.

Em seus livros, Freire sempre prega a importância que tem o aluno de ser livre, traçando seus próprios passos. Tratando-se da educação prisional, o contexto em que ele vive não é favorável a isso. Já que vive em lugares com as condições mínimas para sua sobrevivência, deve obedecer a regras e princípios que é passado a ele, o que o torna submisso.

Freire defende o aluno a se formar um ser crítico, que transforme a sociedade, que lute e busque melhorias. Em parte é possível, pois um educador competente pode e consegue trabalhar isso em salas de EJA prisional com os seus alunos que estão ali e realmente desejam o conhecimento, mas, por outro lado, existem muitas dificuldades, pois existem conteúdos que são limitados e não podem ser trabalhados, existem materiais que são restritos, a tecnologia não pode ser utilizada (DUARTE, 2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação de jovens e adultos em presídios trata-se de uma importante ferramenta para o processo de ressocialização dos detentos. A pesquisa teve como objetivo mostrar a influência desse programa.

Durante os estudos houve a percepção de que se trata de um processo recente e não conhecido por muitos, mas fundamental para quem se encontra em cárcere, por ser um projeto que busca o melhor para a vida, quando o detento estiver em liberdade. Outro aspecto analisado foi de como detentos, homens em sua maioria são analfabetos ou possuem escolarização mínima, ou seja, somente o fundamental, muitos pendem ao crime e deixam de lado sua vida, família, amigos e escola. Mas, ainda sim, existem aqueles que acreditam no processo educativo e por meio dele esperam melhorias.

O processo educacional no presídio ainda é muito falho, pois existem muitas dificuldades encontradas, tanto em relação a professores, como alunos. É importante ressaltar que o processo de ressocialização não é feito sozinho somente por meio da educação, é preciso a realização de um trabalho de todas as áreas envolvidas, seja pelos agentes penitenciários, assistência social, psicólogos, médicos, educadores, tudo isso para que ao final de todo o processo, os objetivos sejam alcançados.

Por fim, pode ser visto a importância que tem a educação, como ela ainda é valorizada por muitos que buscam concluir seus estudos, não por redução de pena, mas na convivência dentro e fora dos presídios. A educação vista como libertadora pode trazer novamente ao detento o seu direito de cidadão, transformador da sociedade, consciente e preparado para sua família e mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA MINAS GERAIS. Notícias. **Educação**. Disponível em: <http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/secretaria-de-educacao-reorganiza-o-ensino-medio-noturno-e-educacao-de-jovens-e-adultos>. Acesso em: 02 de abr. 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 91, de 18 de fevereiro de 2016. Capítulo III, da educação, da cultura e do desporto. Seção I, da educação. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 17 de mar. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 17 de mar. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 12.433**, de 29 de junho de 2011. Para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm. Acesso em: 15 de mai. 2018.
- BRUNKEN, E. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. **A ação pedagógica no cárcere: dialogando com a prática**, Piraquara, v.2, 1-30, 2014.
- DA SILVA, Roberto; MOREIRA, Fábio Aparecido. O projeto político-pedagógico para a educação em prisões. **Em Aberto**, v. 24, n. 86, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario-PC/Downloads/2317-2371-1-PB.pdf>. Acesso em: 21 de out. 2018.
- DE MAEYER, Marc. A educação na prisão não é uma mera atividade. **Educação & Realidade**, v. 38, n. 1, 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3172/317227369004/>. Acesso em: 15 de abr. 2018.
- DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Infopen. **Relatórios Analíticos**. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-analiticos/MG/mg> Acesso em: 12 de out. 2018.
- DUARTE, A. Celas de Aula. **O exercício da professoralidade nos presídios**, Uberaba, v.1, n.1, p. 25-36, 2013.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

FRIEDRICH, Márcia et al. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n67/a11v1867>. Acesso em: 10 de mar. 2018.

GOVERNO DO BRASIL. Notícias educação básica. **MEC divulga dados preliminares do censo escolar 2017**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e-ciencia/2017/09/mec-divulga-dados-preliminares-do-censo-escolar-de-2017>. Acesso em: 14 de abr. 2018.

GRACIANO, Mariângela; SCHILLING, Flávia. A educação na prisão: hesitações, limites e possibilidades. **Estudos de Sociologia**, v. 13, n. 25, 2008. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/1148/934>. Acesso em: 10 de mai. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Educação. **Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais de idade**. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=4&op=0&vcodigo=PD366&t=taxa-analfabetismo-pessoas-15-anos-mais>. Acesso em: 17 de mar. 2018.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **A ressocialização por meio do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro**. Em *Aberto*, v. 24, n. 86, 2012. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2320/2283>. Acesso em: 15 de abr. 2018.

LEITE, Sandra Fernandes et al. **O direito à educação básica para jovens e adultos da modalidade EJA no Brasil: um resgate histórico e legal**. 2013. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/250841/1/Leite_SandraFernandes_D.pdf. Acesso em: 10 de mar. 2018.

MACHADO, Maria Margarida. A educação de jovens e adultos no Brasil pós-Lei nº 9.394/96: a possibilidade de constituir-se como política pública. *Em Aberto*, v. 22, n. 82, 2009. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2240/2207>. Acesso em: 14 de abr. 2018.

NETO, SILVA et al. **Ressocialização: conceito distante frente ao atual sistema prisional brasileiro**. 2016. Disponível em: <http://repositorio.ascens.edu.br/bitstream/123456789/560/1/Mon.%20Abdias%20Batista.pdf>. Acesso em: 21 de out. 2018.

OHNESORGE, R. **A educação no sistema penitenciário, e sua importância na ressocialização**. [2010].

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Escola da prisão: espaço de construção da identidade do homem aprisionado. **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, v. 29, p. 16, 2007. Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT06-1943--Int.pdf>. Acesso em: 15 de abr. 2018.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **Educação escolar entre as grades**. SciELO-EdUFSCar, 2007. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=ThypBAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA7&dq=educa%C3%A7%C3%A3o+em+presidio&ots=7uXeBHnsyu&sig=rl7JTXokgXWJs23SEr6UO-IdtQ8#v=onepage&q=educa%C3%A7%C3%A3o%20em%20presidio&f=false>. Acesso em: 15 de mai. 2018.

Paula, C; Oliveira, M. **Educação ao Longo da Vida**. Ibpex, 2011.

PEREIRA, Antonio. A educação-pedagogia no cárcere, no contexto da pedagogia social: definições conceituais e epistemológicas. **Revista de Educação Popular**, v. 10, 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/reeducpop/article/view/20214/10790>. Acesso em: 15 de abr. 2018

PORCARO, Rosa Cristina. A história da educação de jovens e adultos no Brasil. **Universidade Federal de Viçosa**, 2004. Disponível em: <http://files.pedagogiaunifeso.webnode.com.br/2000004640b8b90c86d/A%20HIST%C3%93RIA%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20DE%20JOVENS%20E%20ADULTOS%20NO%20BRASIL.pdf>. Acesso em: 10 de mar. 2018.

SANTOS, Sintia Menezes. Ressocialização através da educação. **Direito Net. São Paulo**, 2005. Disponível em: <http://150.162.138.5/portal/sites/default/files/anexos/13522-13523-1-PB.pdf>. Acesso em: 15 de mai. 2018.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR on-line**, v. 10, n. 38, p. 49-59, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689/7256>. Acesso em 10 de mar. 2018.